

Omni Banco S.A.

Demonstrações Financeiras do semestre findo em
30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Sobre o Omni

Omni Banco S.A (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2021, o Omni possui ativos totais de R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$ 792 milhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 296 milhões.

O patrimônio líquido fechou em R\$ 297 milhões (R\$ 273 milhões em dez/2020).

O lucro líquido do semestre é R\$ 24 milhões (R\$ 94 milhões em jun/2020).

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Vergueiro, 3.111 - Vila Mariana

04101-300 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3736-1000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Omni Banco S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Omni Banco S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni Banco S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

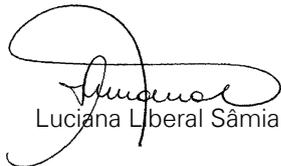
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

Omni Banco S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Disponibilidades	4	<u>7</u>	<u>26</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	9.a	<u>3.423.721</u>	<u>2.951.847</u>
Instrumentos financeiros		<u>3.601.373</u>	<u>3.101.679</u>	Instituições financeiras		9.040	22.107
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	2.423.414	2.249.644	Depósitos		2.548.749	2.196.751
Títulos e valores mobiliários	4 e 6	259.917	96.616	Relações interfinanceiras		1.296	-
Relações interfinanceiras	4 e 5.b	47.358	18.553	Letras financeiras		573.702	445.327
Operações de crédito	7	870.684	736.866	Letras financeiras - Linhas Temporárias Especiais de Liquidez		201.158	200.059
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(78.407)	(88.686)	Dívidas subordinadas		89.776	87.603
Créditos tributários	13.b	<u>142.682</u>	<u>135.906</u>	Provisões		<u>44.470</u>	<u>44.217</u>
Outros ativos		<u>238.236</u>	<u>145.503</u>	Contingências	11.a	44.470	44.217
Outros ativos	8	238.236	145.503	Outros passivos		<u>135.144</u>	<u>22.491</u>
Imobilizado de uso		350	184	Fiscais e previdenciárias	10.a	3.428	3.426
(-) Depreciações e amortizações		(79)	(61)	Outros passivos	10.b	131.716	19.065
Intangível		38.950	38.950	Resultados de exercícios futuros	12	4.024	3.062
(-) Depreciações e amortizações		(38.271)	(38.174)	Patrimônio líquido	15	<u>297.482</u>	<u>273.710</u>
Total do ativo		<u><u>3.904.841</u></u>	<u><u>3.295.327</u></u>	Capital Social de domiciliados no país		200.000	200.000
				Reservas de lucros		97.505	73.713
				Outros resultados abrangentes		(23)	(3)
Total do passivo		<u><u>3.904.841</u></u>	<u><u>3.295.327</u></u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(em milhares de reais - exceto lucro por ação)

	Nota	Semestres	
		30.06.2021	30.06.2020
Receitas da intermediação financeira		295.843	167.618
Operações de crédito	7.f	246.600	106.841
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	49.243	52.000
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	8.777
Despesas da intermediação financeira		(201.545)	(113.980)
Operações de captação no mercado	9.b	(86.638)	(70.156)
Operações de empréstimos e repasses	9.b	(3.106)	(226)
Desconto Concedido		(111.801)	(43.598)
Resultado bruto da intermediação financeira		94.298	53.638
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.400)	(11.819)
Outras receitas operacionais		20.947	9.555
Receitas de prestação de serviços	16.a	19.240	7.850
Resultado de participação em controlada		-	(1.711)
Outras receitas operacionais	16.b	1.707	3.416
Outras Despesas Operacionais		(86.682)	(46.161)
Despesas de pessoal	17.a	(9.502)	(3.679)
Serviços de terceiros	17.b	(42.381)	(17.458)
Outras despesas administrativas	17.c	(12.395)	(9.772)
Despesas tributárias	17.d	(5.089)	(2.277)
Outras despesas operacionais	17.e	(17.315)	(12.975)
Despesas de provisões		(253)	(6)
Provisões para Contingências	11.a	(253)	(6)
Resultado operacional		18.910	5.207
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		18.910	5.207
Imposto de renda e contribuição social	13	4.882	89.237
Provisão para imposto de renda		(1.026)	(658)
Provisão para contribuição social		(851)	(536)
Ativo fiscal diferido		6.759	90.431
Lucro líquido do semestre		23.792	94.444
Lucro líquido do semestre por ação em R\$		0,02806	0,11139
Número de ações		847.833	847.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(em milhares de reais - exceto lucro por ação)

	Semestres	
	30.06.2021	30.06.2020
Lucro líquido do semestre	23.792	94.444
Ajustes de avaliação patrimonial	(20)	(1)
Resultado abrangente do semestre	23.772	94.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(em milhares de reais)

	Reservas					Total
	Capital Social	Legal	Lucros	Ajuste de Patrimonial	Lucros/ Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	80.000	3.183	60.465	(2)	-	143.646
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	94.444	94.444
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	4.722	-	-	(4.722)	-
Reserva de Lucro	-	-	89.722	-	(89.722)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	80.000	7.905	150.187	(3)	-	238.089
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.000	9.686	64.027	(3)	-	273.710
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(20)	-	(20)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	23.792	23.792
Destinações do lucro:						
Reserva Legal	-	1.190	-	-	(1.190)	-
Reserva de Lucro	-	-	22.602	-	(22.602)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	200.000	10.876	86.629	(23)	-	297.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni Banco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(em milhares de reais)

	SEMESTRES	
	30.06.2021	30.06.2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	23.792	94.444
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais	4.380	(75.592)
Depreciações e amortizações	115	109
Reversão de passivos contingentes	(253)	6
Ativo fiscal diferido	(6.759)	(90.431)
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.877	1.194
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.400	11.819
Resultado de participação em controladas	-	1.711
Lucro líquido ajustado	28.172	18.852
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(327.641)	(591.428)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	137.927	(177.277)
Títulos e valores mobiliários	(192.199)	(229)
Relações interdependências e interfinanceiras	(27.122)	(8.688)
Operações de crédito	(153.497)	(414.335)
Créditos tributários	(17)	(1)
Outros ativos	(92.733)	9.102
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	584.118	316.338
Depósitos	338.931	183.554
Relações interdependências e interfinanceiras	1.296	431
Letras financeiras	129.473	126.826
Outras passivos	111.282	3.692
Letras financeiras subordinadas	2.173	2.560
Resultados de exercícios futuros	963	(725)
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	284.649	(256.238)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(166)	-
(=) Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	(166)	-
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	284.483	(256.238)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	468.991	617.473
No fim do semestre	<u>753.474</u>	<u>361.235</u>
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	284.483	(256.238)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Omni Banco S.A. (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

As alterações advindas das Resoluções CMN n. 4.818/2000 e BCB n.º 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021 desde a implementação da BCB 02, atendendo aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2021.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Atendendo a Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota Explicativa nº 3k

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os instrumentos financeiros derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

- (i) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- (ii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Cessões de crédito

As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada em duplicidade na carteira dos fundos e no Banco (a partir de 2014) e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição (arrasto), são contabilizados na rubrica de “Outros Passivos”.

e) Outros ativos

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

i) Passivos

Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

j) Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

Provisões - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.

Obrigações legais - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

k) Resultados recorrentes / não recorrentes

As políticas internas do Banco consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Resultado não recorrente do período ¹	2.462	-
Resultado recorrente do período	21.330	94.444

¹ Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 mil. A medida provisória 1.034/2021, transformada em lei em 14 de julho de 2021 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas para 25% durante o período de julho de 2021 até dezembro de 2021 .

m) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de Julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Caixa e equivalentes a caixa

- a) O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	468.991	617.473
Disponibilidades	7	26
Em moeda Nacional	7	26
Relações interfinanceiras	2.291	608
Em moeda Nacional	2.291	608
Aplicações	751.176	468.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	732.907	421.210
Títulos e valores mobiliários	18.269	47.147
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	753.474	468.991

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações Interfinanceiras de liquidez

- a) Composição por vencimento

Descrição	2021				2020	
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Custo Atualizado
Aplicações interfinanceiras de Liquidez	661.734	838.560	190.213	1.690.507	1.690.507	1.828.434
Total	661.734	838.560	190.213	1.690.507	1.690.507	1.828.434

- b) Relações Interfinanceiras

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Direitos junto a part.de sistema de liquidação	377	-
Créditos vinculados a moedas eletrônicas	42.288	16.437
Conta de pagamento instantâneo - PIX	594	-
Créditos vinculados a operações de microfinanças	1.808	1.508
Total	45.067	17.945

6 Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Carteira Própria	209.001	30.515
Títulos de Renda Fixa	182.480	14.763
Cotas de Fundos de Investimentos	26.521	15.752
Vinculados a Prestação de Garantias	32.647	18.954
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão (i)	32.647	18.954
Total	241.648	49.469

(i) Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais, registradas na rubrica "Vinculados ao Banco Central".

b) Composição por vencimento:

Descrição	2021				2020	
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Custo Atualizado
Carteira Própria	209.001	-	-	209.001	209.001	30.515
Vinculados a Prestação de Garantias	32.647	-	-	32.647	32.647	18.954
Total	241.648	-	-	241.648	241.648	49.469

c) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	2.676	1.168
Rendas de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	1.902	1.206
Posição Bancada	6.488	3.666
Em Depósitos interfinanceiros	38.177	45.960
Total	49.243	52.000

7 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operações de crédito:

Tipo de Operação de Crédito	2021	2020
	Valor	Valor
Financiamentos - Setor Privado	556.135	515.579
Empréstimos - Setor Privado	266.336	198.116
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	474	632
Outros Empréstimos - Títulos descontados	43.158	20.864
Outros Empréstimos - Capital de giro rotativo	438	-
Outros Empréstimos - Cheque especial	3.508	1.381
Títulos e Créditos a Receber - Nota 9	635	294
Total da Carteira	870.684	736.866
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(78.407)	(88.686)
Total Carteira Líquida	792.277	648.180

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

Classificação	2021	2020
	Valor	Valor
Indústria	13.123	-
Comércio	67.548	22.371
Pessoas Físicas	669.356	634.140
Pessoas Jurídicas	112.712	76.547
Outros Serviços	7.945	3.808
Total da Carteira	870.684	736.866

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2021	2020
	Valor	Valor
Total a Vencer:	810.803	649.140
Até 90 dias	222.533	145.287
De 91 a 365 dias	324.678	268.397
De 366 a 1825 dias	263.592	235.456
Total Vencidas:	59.881	87.726
Vencidos a partir de 15 dias	59.881	87.726
Total da Carteira	870.684	736.866

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco e da carteira adquirida:

2021				
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	3.945	3.945	-	-
A	241.159	241.159	0,5%	1.206
B	352.741	352.741	1%	3.527
C	130.054	130.054	3%	3.902
D	63.743	63.743	10%	6.374
E	12.429	12.429	30%	3.729
F	10.359	10.359	50%	5.179
G	5.880	5.880	70%	4.116
H	50.374	50.374	100%	50.374
Total	870.684	870.684		78.407

2020				
Classificação de Risco	Operações de créditos	Total da Carteira	% Risco	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
AA	1.376	1.376	-	-
A	239.201	239.201	0,5%	1.196
B	316.638	316.638	1%	3.166
C	59.105	59.105	3%	1.773
D	30.664	30.664	10%	3.066
E	9.175	9.175	30%	2.752
F	5.295	5.295	50%	2.648
G	4.425	4.425	70%	3.098
H	70.987	70.987	100%	70.987
Total	736.866	736.866		88.686

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

2021		
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
H	26.443	26.443
Total	26.443	26.443

2020		
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos Adquiridos	Provisão para Perdas esperadas assoc. a risco de crédito
H	29.739	29.739
Total	29.739	29.739

e) Aquisição de carteiras:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 houve aquisições de operações de crédito, com instituições financeiras de mercado, no valor de R\$ 999.

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização:

2021		
Descrição	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do semestre	-	69.985
(+) Novas aquisições	-	99.841
(-) Realização/amortização	-	(12.965)
Total	-	156.861

2020		
Descrição	Realização deságio	Amortização custo
Saldo no início do exercício	-	87.482
(-) Devoluções de aquisições	-	(1.811)
(-) Realização/amortização	-	(15.686)
Total	-	69.985

f) Resultado das operações de crédito:

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Rendas de empréstimos	27.424	12.300
Rendas de financiamentos	88.195	31.245
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	130.981	63.296
Total	246.600	106.841

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Saldos no início do semestre/exercício	2021	2020
	(88.686)	(56.279)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado ⁽¹⁾	(11.740)	(38.605)
(Provisão)/Reversão constituída	(9.400)	(16.205)
(Provisão)/Reversão constituída Carteira Adquirida	-	(42.814)
Valores baixados para prejuízo	31.419	65.217
Saldos no fim do semestre/exercício	(78.407)	(88.686)

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2019 o Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2682, representando um montante de R\$ 11.740 no semestre (R\$ 38.605 em dez/2020).

As operações objeto de renegociação representaram o montante de R\$ 110.009 no semestre (R\$ 21.138 em dez/2020) do valor contábil da carteira de crédito no semestre.

8 Outros ativos

Descrição	2021			2020
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Valor
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽¹⁾	60.088	96.773	156.861	69.985
Devedores diversos - país	3.431	2.208	5.639	4.141
Despesas Antecipadas - Nota 10.b	8.316	19.674	27.990	26.823
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	-	40.556	40.556	40.118
Adiantamentos diversos	3.468	-	3.468	1.486
Impostos e contribuições a compensar ⁽³⁾	2.735	-	2.735	2.774
Rendas a receber	987	-	987	176
Total	79.025	159.211	238.236	145.503

⁽¹⁾ Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa .6e;

⁽²⁾ Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais;

⁽³⁾ Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

9 Depósitos e Demais instrumentos financeiros passivos

a) Composição por vencimento dos depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

Descrição	2021						Total	2020 Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	9.000	40	-	-	-	-	9.040	22.107
Depósitos a vista	76.925	-	-	-	-	-	76.925	102.891
Depósitos a prazo ⁽²⁾	251.669	396.904	1.536.066	194.771	23.438	-	2.402.848	2.065.502
Outros depósitos	68.976	-	-	-	-	-	68.976	28.358
Relações interfinanceiras	1.296	-	-	-	-	-	1.296	-
Letras financeiras	-	83.453	490.249	-	-	-	573.702	445.327
Letras financeiras Ltel - Lfg	-	201.158	-	-	-	-	201.158	200.059
Letras financeiras subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	27.935	-	61.841	89.776	87.603
Total	407.866	681.555	2.026.315	222.706	23.438	61.841	3.423.721	2.951.847

⁽¹⁾ Os depósitos interfinanceiros em sua maioria são junto o Omni Crédito, Financiamento e Investimento S.A e são atualizados a uma taxa que varia entre 100% do CDI de acordo com o prazo da aplicação.

⁽²⁾ Depósitos a prazo são atualizados a uma taxa que varia entre 98% a 138% do CDI.

⁽³⁾ Letras financeiras subordinadas, são atualizados a uma taxa entre 100%+5% e 136% a.a. do CDI.

b) Despesas com Operações de Captações de Mercado

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Depósitos a prazo	(74.281)	(56.691)
Depósitos interfinanceiros	(219)	(706)
Despesas de operações compromissadas	(41)	(27)
Outras despesas de captação	(15.203)	(12.958)
Total	(89.744)	(70.382)

10 Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2021		2020
	Curto prazo	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	1.877	1.877	1.953
Contribuição para o COFINS	594	594	598
Impostos e contribuições serviços de terceiros	220	220	226
Impostos e contribuições sobre salários	545	545	461
Imposto Sobre Serviços - ISS	68	68	84
Programa de Integração Social - PIS	96	96	97
Outros	28	28	7
Total	3.428	3.428	3.426

b) Outros passivos

Descrição	2021			2020
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Outras obrigações	104.884	13.838	118.722	14.013
Comissões a pagar	3.203	2.839	6.042	2.327
Provisão para pagamentos a efetuar	3.019	-	3.019	1.767
Outras contas a pagar	3.933	-	3.933	958
Total	115.039	16.677	131.716	19.065

- (1) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pelo Banco.
- (2) No item descrito como "Outras obrigações" em sua maioria, refere-se substancialmente ao saldo a pagar por aquisição de carteira de crédito

11 Provisão para passivos contingentes

a) Composição das provisões

O Banco é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Descrição	2021			Saldo em 30/06/2021
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	2.228	141	(249)	2.120
Ações fiscais	41.989	361	-	42.350
Total	44.217	502	(249)	44.470

Descrição	2020			Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	3.586	465	(1.823)	2.228
Ações fiscais	41.369	620	-	41.989
Total	44.955	1.085	(1.823)	44.217

(1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra o Banco. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

Perdas	2021						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Tributária		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	8	873	6	42.350	441	1.247	455	44.470
TOTAL	8	873	6	42.350	441	1.247	455	44.470

Perdas	2020						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Tributária		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	8	873	6	41.989	498	1.355	512	44.217
TOTAL	8	873	6	41.989	498	1.355	512	44.217

12 Resultado de exercícios futuros

Referem-se em grande parte às operações de CDC Lojista, apropriadas “pro rata-temporis” de acordo com os prazos dos contratos no valor de R\$ 4.024 (R\$ 3.062 em Dez/20).

13 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	18.910	18.910	5.207	5.207
Adições	9.654	9.654	13.625	13.625
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.400	9.400	11.819	11.819
Provisão para contingências	253	253	6	6
Participação em controladas	-	-	1.711	1.711
Despesas não dedutíveis	1	1	-	-
Outras adições	-	-	89	89
Exclusões	(22.486)	(22.486)	(15.004)	(15.004)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(10.362)	(10.362)	(6.829)	(6.829)
Perdas com créditos - Lei nº 9.430	(12.124)	(12.124)	(8.175)	(8.175)
Lucro real antes da compensação	6.078	6.078	3.828	3.828
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(1.823)	(1.823)	(1.148)	(1.148)
Lucro real após a compensação	4.255	4.255	2.680	2.680
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	(1.052)	(851)	(658)	(536)
Dedução incentivos fiscais - PAT	26	-	-	-
Alíquota de 15%	(638)	(851)	(402)	(536)
Adicional 10%	(413)	-	(256)	-
Ativo fiscal diferido	2.387	4.372	50.136	40.295

Foi publicado no Diário Oficial da União em 15/07/2021 a Lei 14.183 de 14/07/2021 estabelecendo a alíquota de 25% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no período de 01/07/2021 a 31/12/2021. A partir de 01/01/2022 a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido volta para 20%.

Dessa forma foi constituído à alíquota de 25% o montante que será realizado até 31/12/2021 referente ao Crédito Tributário sobre diferenças temporárias relativas à Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o crédito tributário sobre a Base Negativa de CSLL.

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL a partir de 2020 (constituída)	180.402	180.402	182.225	182.225
Adições temporárias:	131.198	131.198	119.788	119.788
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 2018 (constituída)	130.521	130.521	119.090	119.090
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	634	634	693	693
Ajuste a valor de mercado	43	43	5	5
Total das diferenças temporárias	311.600	311.600	302.013	302.013
Total do crédito tributário	77.900	64.782	75.503	60.403

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.842/20 do Conselho Monetário Nacional. Referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

		Diferenças temporárias										
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
%		36,95%	20,20%	19,95%	16,18%	6,67%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%	100,00%
IRPJ		28.783	15.736	15.541	12.604	5.196	8	8	8	8	8	77.900
CSLL		23.938	13.087	12.924	10.482	4.321	6	6	6	6	6	64.782
Valor em 30/06/2021		52.721	28.823	28.465	23.086	9.517	14	14	14	14	14	142.682
Valor Presente		50.572	26.521	25.124	19.545	7.729	11	11	10	10	9	129.542

Em 30 de junho de 2021, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 129.542 (2020 – R\$ 135.703), considerando a taxa Selic de 4,25% ao ano.

d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL a partir de 2020 (constituída)	82.001	258	(763)	81.496
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 2018 (constituída)	53.591	17.208	(9.918)	60.881
Provisão para contingências a partir de 2019 (constituída)	312	7	(33)	286
(=) Subtotal do crédito tributário	135.904	17.473	(10.714)	142.663
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abrangentes	2	100	(83)	19
(=) Total do crédito tributário	135.906	17.573	(10.797)	142.682

14 Transações com partes relacionadas

a) Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria em 2021 foram no montante de R\$ 1.309 (R\$ 1.086 em dez/2020).

O Banco concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

O Banco não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totaliza R\$ 149.490 (R\$ 138.909 em dez/2020), e são remunerados a uma taxa que varia entre 98% a 138% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Nota Explicativa	1º Sem. 2021		2020	
		Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.733.489	38.025	1.920.780	45.549
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		1.733.489	38.025	1.920.780	45.549
Outros ativos		8.626	657	24.862	715
Omni S.A Arrendamento Mercantil		3.924	151	14.174	410
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		210	119	-	210
Vector Tecnologia e Serviços Ltda		3.537	101	3.250	45
Omni Corretora de Seguros Ltda		955	286	7.438	50
Total de Ativos e Receitas		1.742.115	38.682	1.945.642	46.264
Descrição	Nota Explicativa	Passivos	(Despesas)	Passivos	(Despesas)
Depósitos a vista		56.737	-	81.372	-
Agility Gestão e Cobrança Ltda		11.713	-	14.303	-
Omni Informática Ltda		3.779	-	2.409	-
Omni Companhia Securitizadora		10.568	-	6.860	-
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		9	-	343	-
Omni S.A Arrendamento Mercantil		1.780	-	7.266	-
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		16.197	-	42.937	-
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda		12.478	-	7.188	-
Mova Sociedade de Empréstimo entre pessoas S/A		213	-	66	-
Depósitos interfinanceiros		9.040	(30)	1.231	(21)
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		9.000	(28)	-	-
Mova Sociedade de Empréstimo entre pessoas S/A		40	(2)	1.231	(21)
Depósito a prazo		17.026	(274)	29.593	(382)
Agility Gestão e Cobrança Ltda		9.507	(117)	10.637	(17)
Omni Informática Ltda		3.902	(49)	3.853	(66)
Omni Companhia Securitizadora		2.764	(35)	2.730	(101)
Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda		853	(73)	12.373	(198)
Outros Passivos		1.357	(10.988)	1.625	(6.780)
Omni Crédito, Financiamento e Investimento		1.357	(1.318)	1.625	(937)
Agility Gestão e Cobrança Ltda		-	(9.670)	-	(5.843)
Total de Passivos e Despesas		84.160	(11.292)	113.821	(7.183)

O Banco realizou cessões de crédito no semestre, com partes relacionadas, sem coobrigação, no montante de R\$ 0 (R\$ 403 mil em dez/2020). Essas operações não geraram resultado operacional.

Operações de crédito com partes relacionadas

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, a partir de 01/01/2019, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e limites definidos em seu artigo 7º, tais como:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 as operações de crédito com partes relacionadas conforme previsto pela Resolução nº 4.693/18, totalizam R\$ 4.492.

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 200.000 (R\$ 200.000 em dez/2020) e estão representadas por 847.833.342 (847.833.342 em dez/2020) ações, sendo totalmente subscritas e integralizadas por acionista domiciliados no país.

b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

c) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

16 Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	12	-
Receita de avaliação e cadastro	5.202	1.617
Comissão sobre compras cartão	10.192	5.020
Intermediação de seguros	2.796	463
Serviços de gestão e cobrança	109	226
Outras receitas	929	524
Total	19.240	7.850

b) Outras receitas operacionais

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Reversão de provisões operacionais	25	188
Recuperação de encargos e despesas	769	1.633
Atualização de impostos à compensar	329	363
Outras rendas operacionais	584	1.232
Total	1.707	3.416

17 Outras Despesas Operacionais**a) Despesa de pessoal**

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Remuneração	(4.764)	(2.051)
Encargos	(2.009)	(776)
Benefícios	(1.216)	(602)
Treinamentos	(11)	(26)
Provisão PPR	(1.502)	(224)
Total	(9.502)	(3.679)

b) Despesas com Serviços de Terceiros

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Despesas com comissões ¹	(26.858)	(10.661)
Serviços técnicos especializados ²	(15.523)	(6.797)
Total	(42.381)	(17.458)

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a comissões.

⁽²⁾ Referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Serviços de terceiros	(3.171)	(966)
Serviços técnicos especializados	(295)	(1.723)
Processamento de dados	(1.821)	(1.924)
Serviços do sistema financeiro	(2.610)	(2.729)
Taxas e notificações	(90)	(27)
Comunicações	(842)	(451)
Emolumentos judiciais e cartorários	-	(259)
Promoções e relações públicas	(2)	-
Despesas de aluguéis	(573)	(380)
Despesa com despachante	-	(16)
Despesa de transporte	(8)	(10)
Propaganda e publicidade	(983)	(82)
Multa e juros sobre impostos e contribuições	(1)	(10)
Despesa de seguros	(99)	-
Outras despesas administrativas	(1.900)	(1.195)
Total	(12.395)	(9.772)

d) Despesas tributárias

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(3.811)	(1.743)
Despesa com ISS	(646)	(242)
Despesa com PIS	(619)	(283)
Outras despesas tributárias	(13)	(9)
Total	(5.089)	(2.277)

e) Outras despesas operacionais

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Custo de aquisição de carteiras	(12.965)	(10.896)
Perdas em ações de perdas e danos	(230)	(212)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(2.560)	(613)
Perdas com fraudes	(31)	(50)
Outras despesas operacionais	(1.529)	(1.204)
Total	(17.315)	(12.975)

18 Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Prudencial Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, o Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Em 30 de junho de 2021 o Conglomerado Econômico Financeiro do Omni apresentou índice de Basileia de 15,88 % (16,80% em Dez/2020).

a) Gerenciamento de capital: o Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital do Omni é adequada à complexidade de suas operações.

b) Risco de mercado: os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição do Omni.

c) Risco de crédito: o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

d) Risco de Liquidez: o Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e consideram os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.

e) Risco Operacional: a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos do Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br), ou via Dados Abertos (<https://dadosabertos.bcb.gov.br/>), no prazo estabelecido pela Circular nº 3.930/19.

19 Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, o Banco tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros do Banco;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações do Banco e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
 - Flexibilização das férias dos colaboradores;
 - Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, o Banco implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que o Banco mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

20 Eventos subsequentes

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do Omni Banco S/A. para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima

Contador CRC 1SP273890/O-0